

*Jacob Carlos Lima*

Nas últimas décadas os estudos do trabalho têm-se focado na discussão das mudanças resultantes da chamada “crise da sociedade salarial”, percebida ora como crise da relação social do assalariamento – da redução dos empregos estáveis e protegidos, ora como crise da sociedade centrada no trabalho – percebido como elemento definidor da sociabilidade humana. De forma geral, poderíamos dizer que o debate colocou no mesmo plano os conceitos de “emprego” e “trabalho”, levando a uma certa confusão entre as atividades produtivas e as relações sociais que as normatizam.

A sociabilidade não estaria mais centrada no trabalho, perdendo significado e seu caráter identitário na configuração da estrutura social. As transformações tecnológicas e de gestão passaram a exigir cada vez menos trabalho “vivo”, eliminando postos de trabalho, qualificações e categorias profissionais, reduzindo radicalmente o contingente de trabalhadores necessários para a produção e serviços em quase todas as atividades econômicas. O crescimento e surgimento de novos postos

e qualificações têm ficado bem abaixo do número de ocupações eliminadas, colocando em questão como resolver a questão do desemprego.

Discutiu-se, nas últimas décadas, uma possível sociedade do lazer, do pós-trabalho, a redução da jornada de trabalho, a ocupação voluntária em atividades sociais como uma saída do Estado da regulação social, e outras questões que paulatinamente têm sido repensadas com a generalização do desemprego estrutural, antes restrito a economias periféricas e que agora ressurgem nos países capitalistas centrais a partir da reestruturação econômica.

O trabalho e as formas de assalariamento, voltam a ser pensados dentro de suas características originais de precariedade presentes no processo de proletarianização, descritas por Marx ainda no século XIX, atualizadas na nova conformação societária resultante das transformações recentes do capitalismo, da revolução informacional, do aprofundamento da internacionalização econômica, das novas formas de produzir, da revolução informacional e da “sociedade em rede”. As novas

tecnologias reduzem o tamanho das unidades produtivas e a necessidade de sua concentração, com implicações na constituição dos atores coletivos, na conformação da classe trabalhadora e de sua condição de agente da mudança social.

A utopia socialista que marcou as lutas sociais do século XX perdeu força com o fracasso da experiência soviética e a esperança de um devir marcado por maior equidade social. A classe operária industrial viu-se reduzida numericamente e desconcentrada globalmente, o mesmo acontecendo com os trabalhadores não industriais. A produção desloca-se e fragmenta-se espacialmente, altera-se a dimensão das unidades produtivas e da necessidade de trabalhadores a ela vinculada. Os direitos sociais que tinham na relação salarial sua conformação passam a ser eliminados em nome da competitividade mundial. O sindicalismo vê suas fileiras minguarem com o desaparecimento ou redução de categorias de trabalhadores, perdendo força política em razão do aumento do desemprego e da perplexidade diante da aparente falta de alternativas à precarização crescente da vida.

A *flexibilidade* caracteriza a nova fase do capitalismo: flexibilidade da produção, dos mercados, do uso da força de trabalho. Embora pressuponha maior responsabilização do trabalhador no processo de trabalho, reconhecimento da importância do seu envolvimento e de seu conhecimento para o aumento da produtividade e qualidade do trabalho – o que em tese seria positivo –, a flexibilidade vem acompanhada da intensificação do trabalho, da precariedade dos contratos, da redução de postos de trabalho, e da ausência de perspectiva de acesso a um emprego entendido como condição de inserção social, de organização da vida com garantias mínimas de acesso aos bens materiais e simbólicos disponíveis na sociedade, enfim, garantias de reprodução social, do indivíduo, de sua família, de seu grupo social.

Nesse contexto, os temas de investigação da sociologia e dos estudos do trabalho acompanham essas mudanças investigando novas e velhas questões, com novos olhares e reinterpretações. Afinal, a radicalidade das mudanças não alterou os

fundamentos do assalariamento, percebido como maldição ou como nova escravidão até as primeiras décadas do século XX. A precarização reassume, se podemos assim dizer, sua centralidade no mundo do trabalho, termina por atribuir à “sociedade salarial”, entendida como “sociedade de direitos”, a condição de um hiato, pela curta duração temporal que caracterizou a forte organização e luta dos trabalhadores e uma generalização de benefícios conquistados, senão de fato, como perspectiva.

Embates que marcaram o movimento dos trabalhadores no século XIX e XX reaparecem agora “repaginados”: o trabalho associado em cooperativas de produção como possibilidade, mais uma vez, de autonomia do trabalhador ao mesmo tempo em que “flexível” e “funcional” para o capital; a “nova” informalidade no trabalho, não mais como característica de subdesenvolvimento, mas como possibilidades de trabalho flexível e não apenas para trabalhadores sem qualificação; formas distintas de trabalho temporário, parcial com contratos restritos; recuperação de atividades sazonais de lazer como possibilidades de ocupação temporárias; a redefinição de ocupações de classe média, a própria noção de carreira profissional abalada pelas novas exigências do mercado de trabalho. O sindicalismo é rediscutido não mais em termos de novas ou velhas formas de luta ou representação, mas frente à sua perplexidade ao ter que enfrentar novas situações ou ao ser acossado pelo retorno das velhas problemáticas que sempre foram desconsideradas por serem percebidas como resquiciais, como, por exemplo, os trabalhadores desorganizados das atividades informais, marginais, eventuais, *etc.*

Dessa forma, a nova questão social do trabalho ultrapassa a investigação da condição salarial estrita, formal, construída pelo Estado de Bem Estar Social e que aparecia no horizonte dos trabalhadores como perspectiva de acesso a direitos. A questão agora é entender a diversidade das relações de trabalho e de assalariamento, antes consideradas secundárias, em vias de desaparecer, e agora percebidas como atípicas, não padronizadas, funcionais à flexibilidade exigida pelo capitalismo.

Em outras palavras, a diversidade, heterogeneidade e desorganização do mundo do trabalho e da produção colocam permanentemente novas questões para a compreensão da dinâmica da sociabilidade capitalista.

Neste dossiê pretendemos discutir um pouco dessa diversidade. Apresentamos algumas reflexões resultantes de pesquisas nas quais essas questões aparecem e são rediscutidas, tendo como empiria a situação européia e brasileira, na qual a flexibilidade e a precarização aparecem como fio condutor.

Começamos com Azaïs, discutindo teoricamente o que chama de “de-segmentação” do mercado de trabalho a partir da flexibilização. Essa “de-segmentação” seria a constatação da diluição das características dos postos de trabalho no mercado, maior demanda por certa autonomia do trabalhador e a indistinção entre trabalho e atividade com implicações diretas sobre os contratos de trabalho nos países capitalistas centrais. Em sua argumentação, ele discute o redimensionamento das empresas, as redes de subcontratação e a precarização que a acompanha, assim como o debate, no caso francês, da substituição do contrato de trabalho por tempo indeterminado por contratos com tempo de duração, e o ataque sistemático aos “privilegios” de categorias de trabalhadores, tais como aposentadorias especiais e remuneração por atividades profissionais diversas. A dicotomia trabalho protegido/não protegido presente nas teorias de segmentação teriam sido ultrapassadas pela “hibridização” resultante da heterogeneidade de situações de trabalho na qual as fronteiras entre o trabalho subordinado e o autônomo ou independente se esmaecem. Ele procura caracterizar as diversas formas distintas do trabalho autônomo e subordinado a partir de classificações realizadas por autores franceses e italianos, tendo os quadros nacionais como referência, demonstrando que a hibridização e suas conseqüências atinge indistintamente a trabalhadores qualificados ou não, rurais e urbanos. A autonomia do trabalho em equipe é cooperativa, de concertação, e não individual, o que a limita, embora leve à individualização dos salários e benefícios. Esta autonomia termina

sendo mais formal do que real, pois é em certa medida uma autonomia controlada, e, de forma paradoxal, subordinada.

Analizando o caso italiano, Buonfiglio busca recuperar a atuação do movimento do sindicalismo de base junto aos trabalhadores flexibilizados ou precários, historicamente ignorados pelas grandes centrais sindicais. O crescimento do desemprego estrutural e flexibilização crescente tem tornado cada vez mais os trabalhadores “atípicos” em “típicos” no atual contexto atual capitalista. Ele destaca a criação pela CGIL (*Confederazione Generali Italiana Del Lavoro*) de um departamento ou sindicato voltado a esses trabalhadores, o NidiL (sigla em italiano de Novas Identidades Laborais), no que foi acompanhada pelas outras duas centrais italianas. Aponta a influência do atual sindicalismo italiano no sindicalismo brasileiro, principalmente através de Programas desenvolvidos pela CUT no apoio à criação de cooperativas de trabalho e aos trabalhadores associados.

Ele caracteriza a crescente precarização do mercado de trabalho italiano e a diversidade do universo dos trabalhadores “atípicos”, como os “Co.Co.Co – Colaboração Coordenada e Contínua” – sem direito algum; os “interinos” (os *interimaires* franceses citados por Azaïs) temporários com duplo contrato (com agência de emprego e empresa); e os associados de cooperativas, principalmente no serviço público; além das diversas formas de subcontratação, consultoria, e prestação de serviços “autônomos” e “informais”. Recupera historicamente a atuação dos partidos de direita e esquerda no favorecimento da precarização das relações de trabalho em nome da competitividade internacional e as mudanças de rumo do sindicalismo italiano, que de uma posição de “combate” teria aderido à linha da “concertação”, num quadro de neoliberalismo hegemônico internacionalmente. A partir de então, Buonfiglio passa a caracterizar a atuação e as dificuldades dos sindicatos junto aos trabalhadores flexibilizados – as lutas desenvolvidas por algumas categorias, as vitórias pontuais – e as diferenças de atuação da Nidil-CGIL; da FIOM-CGIL, a federação dos metalúrgicos; a RdB/CUB

(sigla em italiano de Representações sindicais de Base/Confederação Unitária de Base) de linha contrária à “concertação” das Centrais; e a CDL/Toscana-Florença (sigla em italiano de Comitê de Defesa dos Trabalhadores em Cooperativas).

Analisando as relações trabalhistas e sindicais na indústria automobilística brasileira, Ramalho irá discutir as novas plantas industriais “flexíveis” implantadas no sul-fluminense na década de 90, atraídas por incentivos fiscais, baixo custo da força de trabalho e baixa organização sindical. A nova gestão empresarial, com um discurso da integração dos trabalhadores na perspectiva do trabalho participativo, evidenciou apenas sua preocupação com a redução de custos, situação demonstrada pela defasagem salarial em comparação com áreas tradicionais de produção de veículos no país como o ABC e o Vale do Paraíba paulista. Ramalho caracteriza o processo de atração da indústria para o estado do Rio, a presença estatal na composição acionária em algumas empresas e os impactos nas cidades em que foram implantadas, e apresenta dados comparativos para evidenciar que a defasagem salarial não tem paralelo com o custo de vida mais baixo das novas áreas industriais, sendo apenas um subterfúgio das empresas para justificar redução de custos, aumento de jornada e intensificação do trabalho com menores salários.

A partir de pesquisa desenvolvida junto aos trabalhadores, Ramalho evidencia a insegurança que os trabalhadores sentem no emprego, acrescida da pressão “participativa” dos trabalhadores que comandam células de produção e a ameaça do desemprego como parte integrante das políticas de recursos humanos das fábricas. A ação sindical, por sua vez, é débil, mesmo em Volta Redonda, que embora apoiada na larga tradição dos metalúrgicos, trazia essa tradição vinculada a uma empresa estatal, situação distinta do caráter “enxuto” presente nas novas empresas que, além disso, dificultam ao máximo a organização dentro das fábricas.

Passando do Rio de Janeiro para a Bahia, Filgueiras, Druck e Amaral discutem o conceito de informalidade e sua imprecisão original. Eles recuperam e discutem os distintos conceitos na

literatura sociológica e econômica, comparando-os com os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) para a Região Metropolitana de Salvador, e seu caráter explicativo para a compreensão do mercado de trabalho.

Apresentam três conceitos, fundados em dicotomias, de informalidade e suas origens: a) setor informal x setor formal; b) economia registrada x economia não registrada, ilegal ou subterrânea e c) atividades fordistas x atividades não fordistas. O terceiro conceito enquadrar-se-ia na discussão da “nova informalidade” decorrente da “acumulação flexível”. Trata-se da atualização do conceito, agora desvinculado do referencial de atraso e subdesenvolvimento e referente ao contexto flexível do capitalismo. A partir dos dados referentes às pessoas ocupadas e ao perfil dos trabalhadores, os autores discutem a pertinência na operacionalização dos conceitos, naquilo que contribuem e/ou confundem na análise, salientando o denominador comum existente entre eles: a precariedade.

Concluem pela necessidade de delimitações precisas na utilização dos conceitos para evitar sua generalidade, possibilitando compreender efetivamente a realidade que revela. Mesmo considerando que nenhum desses conceitos é capaz de dar conta de forma adequada do “informal”, o conceito vinculado à “nova informalidade”, que contrapõe atividades fordistas e não fordistas, seria mais amplo, abrangendo a nova e a velha precariedade do mercado de trabalho, através de indicadores de rendimento, jornada de trabalho, atividades não regulamentadas, acesso a direitos, *etc.*

Numa perspectiva distinta, mas tendo a informalidade, flexibilidade e precariedade como referência, Blass discute a organização do trabalho nas festas “sazonais” – mais especificamente no carnaval – e como esta organização se constituiria num ideal gerencial de flexibilidade a partir do envolvimento efetivo dos trabalhadores com sua “escola” e o sucesso dos desfiles. Demonstra que a junção trabalho-lazer é possível numa atividade que se confundiria com a festa e na qual estariam vinculados à ela. A diferenciação da flexibilidade presente na organização do trabalho para a festa

carnavalesca da produção capitalista “normal” estaria no envolvimento efetivo dos participantes, que a consideram sua, em que pesem sua crescente mercantilização e transformação em indústria.

Essa transformação da festa em “grande negócio” fica mais clara se pensarmos na implementação e recuperação, em diversas regiões do país, de velhas e novas “tradições” de festas populares, nas quais o “lazer” é referido como incentivador de empregos temporários e culturalmente referenciados a partir da forte participação popular. Com variações, temos desde o carnaval paulista e carioca, estudado por Blass, ao Boi Bumbá de Parintins, no Amazonas e às festas de São João nordestinas, que caracterizam e quase centralizam atividades econômicas em cidades como Campina Grande, na Paraíba e Caruaru, em Pernambuco, para ficarmos apenas nas mais expressivas. Isto sem contar os numerosos carnavais fora de época, “micaretas”, em diversas cidades do país, que envolvem grande número de trabalhadores “flexíveis” e “informais” das categorias as mais diversas.

Discutindo trabalho e lazer, Blass recupera o papel do carnavalesco no desfile de carnaval e a extrema complexidade organizativa que este envolve, além da sociabilidade comunitária que sustenta sua execução. Descreve o processo de trabalho presente em sua construção e o envolvimento dos trabalhadores no “todo”, independente da sua especialização ou função no processo. A criatividade, inovação e sociabilidade se aliam às práticas de trabalho, que podem se assemelhar às atividades econômicas regulares, ao mesmo tempo em que se diferenciam pelo caráter de festa, possuindo, conforme Arendt, a percepção do trabalho enquanto obra, concepção.

Concluindo, Blass afirma que a forma popular de organização do trabalho, voltado a um interesse coletivo, festivo, da comunidade, antecipa o debate das formas modernas buscadas pela gestão empresarial, embora já tenha presente o caráter temporário, complementar, parcial e precário proposto pela “modernidade” gerencial, mas, talvez, de forma menos alienante, por estarem “grávidos” de sentido.

Finalizando nosso dossiê, Carvalho discu-

te a formação universitária em duas carreiras profissionais de classe média, Direito e Engenharia Elétrica, e as perspectivas e projetos familiares envolvidos, num contexto de transformação do mercado de trabalho e de redefinição de carreiras. Tendo Bourdieu como referência, busca demonstrar a questão da mobilidade social das camadas médias vinculadas a uma carreira profissional e ao peso da situação de classe, do capital cultural familiar e dos investimentos educacionais em busca de melhorar esse capital como garantia de inserção em um mercado cada vez mais competitivo.

A partir do estudo com egressos de uma tradicional universidade privada carioca, Carvalho apresenta a profissão, ou a escolha de uma carreira profissional, vista ainda como possibilidade de mobilidade social, seja em atividades na área pública, seja privada, com queda relativa quando a referência é o mercado privado. A escolha de uma escola de prestígio garantiria não apenas capital cultural, mas o capital social necessário para um futuro profissional. Ele conclui revelando as perspectivas sombrias do mercado de trabalho no qual essas escolhas e possibilidades podem marcar diferenças de inserção social.

No conjunto, os artigos apresentam os dilemas, tensões e contradições presentes no “novo” mundo do trabalho, marcado pela flexibilidade e instabilidade que resultam na precariedade das condições de vida e trabalho. Da precariedade absoluta do trabalhador de baixa renda na informalidade ao profissional de carreiras socialmente valorizadas, as perspectivas de futuro são incertas. A heterogeneidade, a multiplicidade, o “hibridismo”, presentes nos mercados de trabalho, colocam novas questões para que se entendam a atuação e formação de categorias profissionais e sociais, assim como para que se pensem possibilidades de organização e mudança, além de permitirem a compreensão de situações presentes na nova questão social do trabalho, no qual as certezas não mais se constituem um elemento organizador dos vínculos e das formas de inserção sociais.

(Recebido para publicação em agosto de 2004)

(Aceito em agosto de 2004)